



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

[Handwritten signature]
Oficial de R.E.P.M. e Tabelião
de Notas do Município de Ribeira
An. de Almeida

8

Parágrafo Único - A Comissão prevista no caput deste artigo será composta, quando necessário, por 01 (um) Psicólogo e 01 (um) Médico especialista, ou mais, indicados pelo Conselho Municipal de Saúde, quando se tratar de problemas de ordem médica (readaptação, licenças, afastamentos por problemas físicos), e por:

- a) 01 (um) Professor, 01(um) Coordenador Pedagógico, 01(um) Diretor Educacional e 01(um) Supervisor Educacional;
- b) 01 (um) representante do Departamento Jurídico e 01(um) representante da Secretaria da Administração;
- c) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação de Ribeira, e,
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação, quando se tratar de instaurar diligências ou sindicância para formação de processo didático- pedagógico- administrativo, com amplos poderes para analisar provas, documentos, promover oitivas, ouvir depoimentos e, se necessário, advertir verbalmente ou por escrito, suspender e até mesmo propor a demissão, sempre com base no artigo 43, alíneas a,b, c e d e nos artigos 44 e 45, 46 e 47 da Seção II e artigos 48, 49 e 50, do Capítulo VII - Do processo Administrativo.

Art.44 O Presidente da Comissão prevista no artigo anterior, será o representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art.45 A Comissão Processante, observará sempre os seguintes quesitos;

- a) garantia de amplo direito de defesa ao profissional em questão;
- b) convocação de reuniões por escrito, com antecedência mínima de 24 horas e ciência de seus componentes e do interessado, quando convocado;
- c) garantia de sigilo durante o processo de investigação;
- d) realização de reuniões e votações somente com a presença mínima de 2/3 de seus componentes.

Art.46 Qualquer que seja a decisão da Comissão prevista no artigo 45º deste Estatuto, só terá validade se aprovada por no mínimo, 2/3 dos seus componentes.

Art.47 Os resultados serão encaminhados ao Prefeito Municipal de Ribeira, para oficialização da decisão final tomada pela referida Comissão.

CAPÍTULO VII

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art.48 Instaura-se processo administrativo ou sindicância, a fim de apurar ação e/ ou omissão do servidor público, puníveis disciplinarmente.

Art.49 Será obrigatório o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão.